



INTERVENÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO NO SETOR SUCROALCOOLEIRO PAULISTA: UMA PERSPECTIVA QUALITATIVA DOS ATOES ENVOLVIDOS

Carmen Aparecida Herrera^{1*}

Mauro Jose Andrade Tereso²

Roberto Funes Abrahão³

Resumo

O Ministério Público do Trabalho da 15ª Região (MPT) em 2002, recebeu denúncias relatando informalidade, trabalho escravo e mortes por exaustão no setor sucroalcooleiro. Esse órgão organizou um programa de ações conjuntas com o Ministério do Trabalho, o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Piracicaba, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a Pastoral Rural para interceder naquele setor. Este estudo procurou conhecer e explorar como os atores participantes daquele programa do MPT avaliaram as ações empreendidas no período de 2004 a 2013. A pesquisa se baseou na análise documental dessas ações e em entrevistas semiestruturadas com os diferentes atores: procuradores do MPT, auditores do MT (Ministério do Trabalho), coordenador do CEREST (Centro de Referência em Saúde do Trabalhador), e representantes do Sindicato dos Trabalhadores e da Pastoral Rural. Essas intervenções resultaram em aproximadamente 100 diligências de fiscalização, autuação de 200 usinas e 850 empresas, e 600 TACs (Termo de Ajustamento de conduta). O programa beneficiou, direta ou indiretamente, 220 mil trabalhadores do setor. As maiores dificuldades encontradas foram: setor pulverizado territorialmente; equipes de fiscalização insuficientes; dificuldade técnica para aplicação das normas. Os avanços conquistados: adequação do ambiente laboral; fim das mortes por exaustão, menor precarização do trabalho. Na percepção dos entrevistados foi possível constatar a efetividade das intervenções no setor.

Palavras-chave: Ministério Público do Trabalho; Mortes por Exaustão; Segurança do Trabalho; Precarização do Trabalho; Saúde do Trabalhador.

INTERVENTIONS BY THE PUBLIC LABOR PROSECUTOR'S OFFICE IN THE SÃO PAULO SUGAR AND ALCOHOL SECTOR: A QUALITATIVE PERSPECTIVE OF THE ACTORS INVOLVED

Abstract

In 2002, the Brazilian's Public Ministry of Labor of the 15th Region received complaints reporting informality, slave labor and deaths by exhaustion in the sugar and alcohol industry. The attorneys organized a program of joint actions with the Ministry of Labor (MPT), the Reference Center on Workers' Health (CEREST), the Union of Rural Workers and the Rural

¹ Conselho de Planejamento e Gestão, Faculdade Engenharia Agrícola, Universidade de São Paulo UNICAMP.
*carmen.sesmt@gmail.com.

² Conselho de Planejamento e Gestão, Faculdade Engenharia Agrícola, Universidade de São Paulo UNICAMP.

³ Conselho de Planejamento e Gestão, Faculdade Engenharia Agrícola, Universidade de São Paulo UNICAMP.



Pastoral to intercede in that sector. This study sought to explore how the actors participating in that MPT program evaluated the actions undertaken in the period from 2004 to 2013. The research was based on documentary analysis of these actions and on semi-structured interviews with the different actors: MPT prosecutors, MT auditors, coordinator of CEREST, and representatives of the Union of Workers and Rural Pastoral. These interventions resulted in approximately 100 inspections, assessments of 200 plants and 850 companies, and 600 Terms for adjustment of conduct (TACs). The program benefited, directly or indirectly, 220 thousand workers in the sector. The greatest difficulties encountered: scattered territory; insufficient inspection teams; technical difficulty to apply the standards. Advances achieved: adequacy of the work environment; end of deaths due to exhaustion, less work precariousness. The interviewees asserted the effectiveness of the interventions in the sector.

Keywords: Public Labor Ministry; Deaths from Exhaustion; Workplace Safety; Precariousness of Work; Worker's Health.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil é um dos maiores produtores de alimentos e possui uma das agriculturas mais produtivas do mundo. O agronegócio brasileiro foi responsável por 33% do produto interno bruto, 42% das exportações e 37% do emprego, movimentando mais de 150 bilhões de dólares e empregando em torno de 17,7 milhões de pessoas. O setor agrícola é um dos campos de trabalho que concentra grande parte das atividades laborais mais penosas. O agricultor, além de submeter-se diariamente ao trabalho com máquinas, equipamentos muitas vezes inseguros, desconfortáveis, se expõe aos riscos advindos do manejo de agrotóxicos. Essas situações levam os órgãos públicos fiscalizatórios a autuarem as empresas que, sem a observância da legislação de saúde e segurança, expõem seus trabalhadores a tais riscos (ABRAHÃO et al., 2015).

O Brasil é o segundo maior produtor e exportador de alimentos, atrás somente dos Estados Unidos. Desde 2008, o país é o maior consumidor de agrotóxico do planeta: 86% de todo o consumo na América Latina e 20% do mundo (IBGE, 2018).

Os valores de exportação em 2013 foram de US\$ 89,5 milhões de dólares, correspondentes à 9% do mercado global. A expectativa da OECD-FAO é a de que o Brasil se tornará o maior exportador de alimentos em volume de produção entre 2022 e 2025 (OECD-FAO, 2019).

Apenas 1/4 do conjunto de trabalhadores engajados na produção agrícola possui carteira de trabalho assinada (IBGE, 2018).

A agropecuária gerou 9.821 empregos em 2015, sendo o único setor a apresentar saldo positivo, resultado obtido graças ao aumento da produção e das exportações de produtos agrícolas, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Em



2015, o país aumentou em 7,7% a produção agropecuária em comparação com 2014 e alcançou o recorde de 209,5 milhões de toneladas de grãos. Além disso, a participação do agronegócio na balança comercial brasileira foi recorde, respondendo por 46,2% de tudo o que foi vendido ao exterior. De acordo com o ministro interino da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, André Nasser, o bom desempenho da agropecuária em 2015 mostra que os produtores brasileiros mantêm forte confiança no setor e continuam investindo na produção de alimentos para abastecer o mercado doméstico e ampliar as exportações. Nos três primeiros trimestres de 2015, o Produto Interno, sendo que tudo isso se reverteu em emprego (BRASIL, 2015).

Nas últimas décadas do século XX, devido à insuficiência do petróleo e demais aspectos ambientais gerados pelo uso dos combustíveis fósseis, acabaram por provocar a busca de combustíveis alternativos no plano mundial. Desta forma, o setor sucroalcooleiro vem apresentando grande expansão nos últimos anos (BRASIL, 2010).

A cana de açúcar, inicialmente transformada em açúcar, e hoje também em álcool carburante, ocupa um papel de destaque na economia mundial, em que o Brasil é líder, tanto na produção de açúcar como na produção de álcool (CESNIK, 2016).

Segundo Kohlhepp (2010), a cana de açúcar tornou a ser um dos principais produtos das exportações brasileiras e se coloca como uma opção de emprego e renda, especialmente para os trabalhadores envolvidos nas colheitas. Ela é uma das culturas mais importantes em nosso país. O Brasil é o maior produtor (34%) e exportador no mundo, apresentando os menores custos de produção. De 1993 até 2001, a produção de açúcar foi mais que triplicada.

Conforme dados da ÚNICA (2019), na safra 2017/2018 foram colhidas 641 milhões de toneladas de cana de açúcar, produzida em 10,23 milhões de ha, o que representa mais de 16% da área utilizada para produção agrícola no Brasil.

O desenvolvimento deste setor foi sempre marcado pelas oscilações dos mercados, porém sempre amparado pela intervenção governamental, sendo que a história da agroindústria canavieira no Brasil, como afirma Scopinho (2003), confunde-se com a própria história do país.

Nos momentos de crise acentuada da economia açucareira na década de 1930, quando o Estado assumiu o papel de administrador direto da economia nacional, foi criado em 1933 o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), órgão governamental encarregado de dirigir, controlar e fomentar a produção sucroalcooleira em âmbito nacional. A história da intervenção governamental na agroindústria açucareira remonta aos tempos da colônia, tendo sido institucionalizada processualmente, de maneira lenta e gradual, como resultado dos reclamos e



pressões dos próprios produtores. Essas intervenções foram consentidas e solicitadas especialmente pelos usineiros. (SCOPINHO, 2003).

Foi criado um conjunto de medidas na forma de leis relativas à estabilização da produção, através do estabelecimento de quotas para os produtores e de critérios de definição de preços, pesagem, fiscalização, assistência técnica, jurídica, financeira e social estas no sentido de ajudar a reduzir os conflitos e harmonizar as relações entre os usineiros. O IAA disciplinou as relações conflituosas entre usineiros e fornecedores de cana. (SCOPINHO, 2003).

O agronegócio, no que tange o aspecto político, tem sido o símbolo do desenvolvimento econômico do país por meio do saldo positivo do comércio exterior. Graças ao aumento das exportações, sobretudo dos produtos agrícolas nos últimos anos, sendo visível realizar este saldo. É importante refletir sobre as relações e formas de trabalho implantadas por este modelo de agricultura, levando-se em conta não apenas o processo de precarização das relações de trabalho e do desemprego, causado pelo emprego de máquinas, mas aprofundar a discussão sobre os elementos visíveis e invisíveis que caracterizam a complexidade do trabalho, a partir da realidade deste setor (SCOPINHO, 2003).

Segundo Laat (2010), no processo produtivo as atividades da colheita e industrialização da cana-de-açúcar são consideradas muito importantes, pois envolvem grande número de trabalhadores e os impactos na saúde desses. Ao contrário de outros países como a Austrália, onde se utiliza método mecanizado, no Brasil a colheita era realizada por métodos manuais e semimecanizados, com expressivo uso de mão de obra de baixa qualificação. Nas últimas décadas, o trabalho do cortador de cana era remunerado por produção de cana cortada, exigindo do trabalhador cerca de 12 toneladas/dia. Desta forma, o corte de cana é considerado um trabalho degradante, justamente pelos agravantes na colheita da cana ser por esse sistema de produção. O trabalhador pode ser levado à exaustão para dar conta da produção diária imposta pelas organizações sucroalcooleiras.

A evolução das relações de produção e de trabalho na agropecuária brasileira passou por importantes mudanças nas últimas décadas. A mecanização do setor agrícola foi determinante na estrutura do mercado de trabalho, sobretudo nas atividades monocultoras, caso da cana-de-açúcar, com significativa influência nas atividades laborais no trato dessa cultura. Esse novo ciclo do cultivo da cana de açúcar é reflexo de variações que redesenharam a feição dessa área do agronegócio nacional, que movimenta R\$ 40 bilhões ao ano (SILVA FILHO e QUEIROZ, 2013).



A importância estratégica do setor sucroalcooleiro para o país e para o estado de São Paulo é demonstrada tanto pela área territorial, que abrange cerca de 8.811 mil hectares, como pelo fato de moer o equivalente a 658.822 milhões de toneladas de cana na safra 2013/2014. Esse setor produtivo cresce anualmente com significativa participação do estado de São Paulo, que reúne atualmente cerca de 42,9 % das usinas do país segundo o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Essa cadeia produtiva é objeto de preocupação de órgãos públicos e da sociedade civil por expor trabalhadores migrantes a riscos decorrentes do processo de trabalho (VILELA et al., 2014).

Segundo Laat (2010), a partir de 2000 cresceram as denúncias de mortes por exaustão, acidentes de trabalho, perda precoce da capacidade laboral, poluição e seus efeitos na saúde pública e de danos difusos que questionam o discurso oficial de um etanol “verde”. Nas origens dessa tragédia estariam o excesso de trabalho e a fadiga incentivados por pagamento e premiações por produção.

Alves (2006) relata que o setor sucroalcooleiro tem sido palco de contestações socioambientais, tendo em vista o embate entre sua importância econômica e política e os impactos já atestados ao meio ambiente, à saúde pública e à saúde dos trabalhadores em diversos estudos e pesquisas. Dados divulgados pela mídia e fornecidos pelo Serviço Pastoral do Migrante de Guariba (SP) informam que, entre as safras 2004/2005 e 2006/2007, morreram 14 cortadores de cana na região canavieira de São Paulo. Eram trabalhadores jovens, com idade entre 24 e 50 anos, migrantes, de outras regiões do país (norte de Minas, Bahia, Maranhão, Piauí). As causas das mortes nos atestados de óbito desses trabalhadores são muito vagas e não permitem uma análise conclusiva a respeito do que as causou. Nos atestados de óbito consta apenas que os trabalhadores morreram por parada cardíaca, insuficiência respiratória ou acidente vascular cerebral. Amigos e familiares, porém, relatam que, antes de morrerem, eles haviam reclamado de excesso de trabalho, dores no corpo, câimbras, falta de ar e desmaios. Para entender o que causou essas mortes, é necessário analisar as condições de trabalho dessas pessoas. Para isso, seria necessário conhecer os processos de produção e de trabalho aos quais eles eram submetidos.

Segundo Vilela et al. (2014), a Vigilância em Saúde do Trabalhador (VISAT) do Sistema Único de Saúde (SUS) estabeleceu ações para enfrentar problemas relacionados às condições de trabalho e moradia de trabalhadores da cana, em São Paulo, de 2006-2009, decorrendo daí a definição de normas sanitárias e iniciativas no nível legislativo e judiciário. Contudo, mesmo aquelas mais exitosas não conseguiram alcançar os determinantes



organizacionais, especialmente a remuneração por produção, que desafia a ação tradicional de vigilância e tem seus impactos agravados pela fragilidade da representação dos trabalhadores.

Filgueiras (2012) assinala que o Programa Nacional de Promoção do Trabalho Decente no Setor Sucroalcooleiro é a prova de que a concentração dos esforços institucionais em um segmento econômico específico é estratégia que permite alcançar mais e melhores resultados. Com isso, potencializam-se os recursos humanos do Ministério Público do Trabalho (MPT), promove-se a integração institucional entre entes governamentais, permitindo melhorar os mecanismos de planejamento das ações e das operações, o quê, ao fim e ao cabo, promoveu a melhoria das condições sociais dos trabalhadores.

Em 2002, O MPT da 15ª Região identificou uma grave situação no setor sucroalcooleiro paulista, especialmente na colheita da cana por produção, através de denúncias de problemas relacionados ao seu ambiente laboral. As denúncias eram em relação à precariedade das relações de trabalho – terceirização de trabalhadores migrantes, ausência de registro em carteira, trabalho em condições análogas à escravidão, transporte irregular dos trabalhadores, assédio sexual e moral, e mortes por exaustão. Foi iniciado nesse período um programa de ações articuladas (PROMO) em conjunto com diversos outros órgãos: SUS; Vigilância Sanitária (VISA); Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST); Ministério do Trabalho (MT); Sindicato dos trabalhadores rurais; Pastoral Rural; Universidades; e outras instâncias do governo estadual que tratam de políticas para o setor sucroalcooleiro (Brasil 2006-PROMO).

Este estudo procurou conhecer e explorar como os atores avaliaram as ações de intervenções no setor sucroalcooleiro no Estado de São Paulo, no período de 2004 a 2013, e a efetividade do Programa orquestrado pelo MPT.

2. MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa teve início em janeiro de 2015, através de contato com Procurador do MPT da 15ª Região de Campinas com finalidade de buscar informações para o estudo de ações e intervenções desse Ministério do Trabalho ocorridas no setor sucroalcooleiro e relacionadas com o ambiente de trabalho no corte manual da cana de açúcar, e em especial a aplicação da NR 31.

A primeira parte do trabalho de campo constituiu em pesquisar o material sobre as ações estabelecidas no referido setor, utilizando-se de pesquisa documental e informações do próprio Procurador.



Após o contato com Procurador, foi possível compreender que as intervenções ocorreram em conjunto com outros órgãos públicos envolvidos (MT e CEREST) e com o Sindicato Rural e a Pastoral Rural, entre os anos de 2004 a 2013. Foi possível identificar os nomes de algumas pessoas que tiveram participação efetiva nessas intervenções para posterior contato em busca de informações da atuação de cada um deles nessas intervenções.

A área de abrangência da 15ª Região do MPT constitui todo o território do Estado de São Paulo, excluía a Grande São Paulo e a Baixada Santista.

A partir da documentação da Universidade de compromisso com o sigilo das informações ao MPT, foi permitido o acesso às informações. Inicialmente foram analisados o Programa e as Ações do MPT no setor sucroalcooleiro - PROMO (que envolveu as usinas produtoras de açúcar e álcool no Estado de São Paulo) e as demais ações, o que permitiu, portanto, a análise da documentação, sua descrição e posterior sintetização. Para a realização da pesquisa em campo com os participantes das ações foi encaminhada documentação ao Comitê de Ética e efetuado o registro na Plataforma Brasil. Após a análise do projeto de pesquisa pelo Comitê, foi liberada a pesquisa em campo.

Os outros órgãos públicos envolvidos: MT e CEREST de Piracicaba, posteriormente informaram as atuações de cada um deles nas fiscalizações em conjunto com MPT. O Sindicato Rural e Pastoral Rural, que também atuaram nas intervenções, forneceram as informações sobre a participação deles nas ações conjuntas. Portanto, o conjunto da documentação fornecida por todos os envolvidos permitiu o desenvolvimento da pesquisa documental.

A segunda fase da pesquisa consistiu na realização de entrevistas semiestruturadas com os diferentes atores que tiveram ação efetiva nas intervenções à época reportada nesta pesquisa e vivência dessa circunstância.

Foram entrevistados 7 atores envolvidos nas ações conjuntas: 2 Procuradores do MPT, 2 Auditores do MT, 1 Coordenador do CEREST-Piracicaba, 1 representante do Sindicato dos Trabalhadores e 1 representante da Pastoral Rural, buscando-se identificar a percepção/perspectivas que cada um deles teve sobre as ações conjuntas. Essas entrevistas com os participantes foram realizadas na localidade de atuação atual de cada um deles, através de assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

As entrevistas foram realizadas nas cidades de Bauru, Cosmópolis, Mogi Mirim, Piracicaba e Campinas, em função do local de trabalho ou atual moradia do ator envolvido. O tempo das entrevistas com cada um dos atores variou entre uma e duas horas e meia.



As entrevistas semiestruturadas com cada ator foram gravadas e depois transcritas para posterior sistematização, procurando identificar semelhanças e diferenças na fala dos diferentes atores. As entrevistas foram baseadas em questionários sistematizados com as seguintes informações: dados pessoais; papel como ator no processo; de que modo ocorreu sua participação; qual a contribuição de seu órgão/ e/ou sua contribuição para o processo; dificuldades encontradas; avanços conquistados; quais os pontos positivos e negativos; e percepção da efetividade do programa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os principais resultados encontrados na pesquisa documental permitiram constatar que as ações conjuntas pelos órgãos MPT, MT e CEREST atuaram de forma engajada e sinérgica e contribuíram positivamente para transformação e conscientização do setor.

As ações conjuntas desses órgãos públicos demonstraram a efetividade das intervenções e a legislação das NRs especificamente NR 31, 17 e 15, fundamentaram as atuações nas questões de limites de exposição aos trabalhadores.

A atuação conjunta do MPT, MT e CEREST no setor sucroalcooleiro na MPT15ª Região, durante o período de 2004 a 2013, contabilizou números impressionantes: foram mais de 100 diligências; 852 empresas foram autuadas - além de todas as usinas em atividade na época, aproximadamente 200, incluem-se também as terceiras envolvidas; o número de Termos de Compromisso de Ajuste de Conduta superou seis centenas; todos os mais de 220 mil trabalhadores do setor direta ou indiretamente foram beneficiados.

A potencialização dos recursos humanos do MPT promoveu a integração institucional entre setores governamentais, conforme Filgueiras (2012), permitindo aprimorar os mecanismos de planejamento das ações e das operações, conduzindo à melhoria das condições sociais dos trabalhadores. Esse fato também é corroborado por Jackson Filho (2015), que demonstrou, em sua pesquisa, a importância do engajamento do trabalho nos serviços públicos, contrariando a imagem negativa dos servidores, difundida na sociedade, vistos como privilegiados e que ‘não trabalham’.

O MT teve papel relevante através de fiscalização rural nas usinas, nas frentes de trabalho de fornecedores, nas frentes de trabalho de Condomínio Rural e sempre em conjunto com MPT, o que possibilitava a resolução dos problemas na semana das autuações. O MT elaborava a autuação e o MPT estabelecia TACs, firmando o compromisso das empresas em resolver as irregularidades encontradas. Nas situações em que realmente não ocorriam os



acordos com as empresas, se recorria à outras instancias legais como: Ação Cível e Acórdão. Nestas instâncias, os acordos serviriam de base para todo o setor se adequar efetivamente nas áreas de saúde e segurança, e assim, todas as empresas envolvidas deveriam cumprir efetivamente o que ficasse determinado.

A NR 31, com uma gama muito maior de itens que NRRs, forneceu mais elementos técnicos para a fiscalização do MT, como também para melhor entendimento por parte das empresas do setor e foi considerada extremamente relevante para a promoção dessas ações preventivas, corroborando, segundo Reimberg (2016), na efetividade das intervenções conjuntas.

O CEREST, agindo como assistente técnico do MPT da 15ª Campinas, atuou nas questões de fiscalização em conjunto com MT nos alojamentos dos trabalhadores que, efetivamente regularizaram os alojamentos para todo o Estado de São Paulo. Este órgão atuou também em pesquisa articulada com universidades, que possibilitou determinar parâmetros científicos através das NRs para o embasamento das Ações do MPT para regulamentação do setor. Esta pesquisa permitiu, também, observar a relevância da aplicação da NR 17. Ela estabeleceu a necessidade de se demonstrar o trabalho real de trabalhadores através de Análise Ergonômica do Trabalho (AET), corroborando com autores como Abrahão, (2000) e Guérin et al. (2001) e Silva (2016), e foi desenvolvida no setor de corte de cana-de-açúcar. Estes autores enfatizam o objetivo da AET, que é de compreender as estratégias utilizadas pelos trabalhadores para realizar sua atividade de trabalho nos seus aspectos físicos, cognitivos e organizacionais, através da observação do trabalho real dos trabalhadores. Corroborando também com Silva (2016) e Silva e Camarotto (2016), a análise da atividade realizada permitiu a compreensão dos aspectos intrínsecos das ações dos trabalhadores e os respectivos constrangimentos. A importância da análise da atividade, reforçada por Gemma et al. (2010), consiste em compreender o trabalho que é efetivamente realizado, as dificuldades encontradas e as estratégias utilizadas para superá-las.

As entrevistas permitiram constatar essas melhorias identificadas pela pesquisa documental e desvelar nas falas dos diferentes atores envolvidos, as principais dificuldades encontradas, os avanços e a efetividade do programa de intervenções conjuntas.

Segundo procurador de Campinas que deu início às intervenções, havia toda uma precariedade das condições de trabalho na cadeia sucroalcooleira e sentiu que precisa fazer algo para mudar o setor. Foi então que buscou instaurar um programa específico (PROMO) para o setor. A princípio, participou como um trabalho voluntário desse programa com outro



procurador, mas depois continuou sozinho e acabou vindo a presidir o PROMO. Através das denúncias e visitando os locais de trabalho, percebeu que “era o fim da dignidade humana aquela forma de trabalho...de se alojar...”. O procurador explica que “o setor demandava uma ação organizada, orquestrada”. Portanto, a sua função era organizar e estruturar as atuações como um todo. A partir de um determinado momento em que se observava uma situação que requeria intervenção específica em uma empresa, se instaurava um processo. Esse processo podia ou não ficar sob a responsabilidade dele, dividindo, assim, os processos com outros procuradores. Somente pelo MPT participaram nas intervenções 7 procuradores, no grupo móvel do MT cerca de 14 a 18 excelentes auditores, além da equipe técnica do CEREST Piracicaba (engenheiros e técnicos de SST).

O setor sucroalcooleiro era pulverizado em diversos territórios e pouco pessoal para compor as equipes de fiscalização. Estas dificuldades potencializavam o enorme desafio a ser enfrentado. Apesar das dificuldades, através das intervenções ocorreram avanços significativos na melhoria das condições laborais.

De acordo com a representante do sindicato, a morte de trabalhadores já era percebida desde 1993, só que sindicato não tinha como agir. Para ela, a maioria dos cortadores de cana vinha da Paraíba e de Minas Gerais, todos estados sem uma política de emprego para esta categoria. Ela relata que chegou a ir para Paraíba por uma semana para ver de perto como é que eles viviam, e tentar compreendê-los: “o porquê deles aceitarem sofrer tanto aqui... e realmente lá era bem pior do que aqui”. Ela chegou a batizar aquele lugar como “o estado de pedra”, pois as únicas terras adequadas que existiam com boas condições de trabalho estavam nas mãos dos usineiros, o resto era tudo sertão.

A representante do sindicato relata a situação em relação às dificuldades em relação às necessidades mais básicas: “brigas para se poder beber água...(na frente de trabalho).” Por exemplo, nos carregadores, ruas que delimitam as quadras de cana, só era permitido beber água após a colheita de cerca de 300 a 500m de cana. Ela expressa que essa “era uma forma de forçar o trabalho por produção”, privando o trabalhador de saciar uma de suas necessidades fisiológicas mais fundamentais: saciar a sede.

O representante da pastoral rural destacou que, antes das intervenções, os trabalhadores buscavam em poucos meses da safra para obter renda e adquirir bens, como moto, bicicleta, geladeira, televisão, e que, para tanto, “eles realmente tinham que se matar de tanto trabalhar”. Para ele, a maior contribuição foi o fato de unir e agregar forças institucionais e forças civis



para combater pontos cruciais e ajudar no combate às mortes por exaustão, através da estrutura logística do Fórum na promoção de reuniões.

Os auditores do MT relataram que “foi realmente um trabalho seguido desde anos 2000, juntando cabeças pensantes e apertando aqui e ali, e extraíndo qualidade das normas. Foi uma pena porque parte do resultado que seria atingido foi perdido pela perda dos postos de trabalho (com a mecanização)”. Eles reforçam que a atividade de um auditor é muito complexa, pois necessita desenvolver 3 competências: a competência legal, baseada no conhecimento das leis e sua aplicação; a competência técnica, ou pelo menos a capacidade de identificar os riscos, e avaliar as diferentes possibilidades de soluções; e, finalmente, a competência para lidar com as pessoas, considerando a importância das relações humanas para superar as dificuldades, estabelecendo diálogos para chegar a interesses comuns (necessidades dos trabalhadores e metas das empresas), enfatizando que o “objetivo da fiscalização não é punir, mas orientar”.

A punição, auto de infração, embargo, interdição são ferramentas para que se possa utilizar em situações graves, em situações com empregador resistente, mas ela não resolve o problema. “O que resolve o problema é o empregador se adequar à legislação.”

Os procuradores relatam que uma grande dificuldade foi a resistência das usinas se adequarem. Essa resistência era orquestrada: quem “determinava (as ações) no setor era um grupo forte”. E quando essa empresa, que orquestrava o grupo, assinava um TAC, todas as demais usinas também passavam a se adequar.

A representante do sindicato rural considera que os principais avanços alcançados foram: a união e com Pastoral do Migrante em Piracicaba; a parceira com CEREST; e a parceria com demais órgãos públicos. Essas parcerias possibilitaram o acesso direto nas questões relativas às denúncias imediatas e, segundo ela, “o sindicato não tinha um projeto específico, mas na realidade tinha um grande propósito: o projeto nosso era defender a vida!”. Segundo ela, surgiram melhorias com as ações conjuntas e os objetivos começaram a ser alcançados. E reforça: “para nós, trabalhadores e sindicalistas, abriu-se o leque com mais informação e mais conhecimento.”

O representante da pastoral rural avalia as intervenções como um grande avanço, pois permitiu a aprovação de lei Estadual de melhoria nas condições de moradia dos trabalhadores rurais e afirma que “Grandes trabalhos não se faz sozinho!”.

Os procuradores e auditores enfatizam a positividade das parcerias científicas com colaboração de profissionais com excelente qualidade proporcionando muita troca de



experiências. O resultado da pesquisa no campo (CEREST-Universidades-FAPESP) demonstrou tecnicamente a dramaticidade da atividade, material esse que foi utilizado posteriormente em ações civis. Essa pesquisa quantificou a movimentação do cortador de cana, a real quantidade de corte, dados obtidos com muita propriedade do movimento e da quantidade que trabalhador tinha que executar para dar conta da meta de 12 T dia. Portanto esses subsídios deram a tônica do MP em tudo que se refere a meio ambiente, solicitar AET, e pausas se tornaram obrigatórias, inclusive empresas instituíram ginástica laboral, o exame do movimento se tornou mais qualificado.

Segundo a coordenadora do CEREST, esse órgão “atuando como assistente técnico do MPT a coisa anda!” Esse respaldo contribuiu muito para as autuações conjuntas, além do forte desempenho do setor técnico dentro da vigilância. “Piracicaba teve muita sorte com essas articulações e com as pessoas comprometidas, desses órgãos como também dos Sindicatos. (...) As pessoas que vestiam a camisa”.

Os procuradores também afirmam que um grande dilema que se enfrenta no Brasil são as leis que embora existam, não são cumpridas. Entretanto, houve um grande avanço: “no setor sucroalcooleiro conseguiu se elevar, e muito, o cumprimento das normas para além dos parâmetros tradicionais do Brasil, ou seja, mais que 75% cumprissem realmente as Normas, demonstrando a efetividade do programa de ações conjuntas de intervenções.

Foi um trabalho que teve um aspecto muito relevante, porque depois de um ou dois anos se via nitidamente a melhora, a gente conseguia ver a diminuição dos problemas, se via a efetividade do programa; a eficiência passa por isso, porque se resolvia na mesma semana”. Eles ainda reforçam: “quando cada órgão atua de maneira individual, os resultados são limitados, mas a união de todos é que permitiu a eficácia.”

Segundo os procuradores, graças a essa atuação conjunta (MPT, MT, CEREST, Pastoral e Sindicato) foi possível mudar o cenário do setor sucroalcooleiro. Essas ações ajudaram o setor a transcender o estado de precarização que havia. E finalizam: “não se conseguiu deixar o setor 100% perfeito, mas se não tivesse havido houvesse a intervenção da forma como se deu, a situação teria sido muito pior: mais gente teria morrido, mais gente teria ficado doente, mais gente sem ficar com seus direitos respeitados e sofrendo bastante com um trabalho degradante. Nós sentimos que ajudamos muita gente”.

Todos os participantes das intervenções afirmam que os avanços foram justificados pelo fato de as ações serem coletivas por parte dos atores das instituições envolvidas e,



principalmente, segundo a representante do sindicato: “a formação pessoal de cada um deles foi importante no sentido de buscarem defender uma causa maior”.

“O mais positivo dessa história toda...”, segundo o procurador que iniciou o PROMO, além do resultado que deu certo, é reforçar que “...só deu certo por conta de se ter trabalhado em conjunto, pois a situação estava tão grave que somente um órgão não conseguiria dar conta”. E acrescenta: “foi realmente um grupo de elite trabalhando coletivamente”.

As intervenções do Ministério Público sempre se fazem presentes como estratégia na concretização de muitas articulações e todas as Ações Cíveis Públicas foram essenciais para que fossem efetivados os grandes avanços no setor e nas questões de políticas públicas para a preservação da saúde do trabalhador do setor sucroalcooleiro. Essa integração é fundamentada pelos estudos de Jackson Filho (2015) que estuda a Ergonomia da Atividade no Brasil, na associação entre possibilidade de prestar serviços públicos e a saúde dos trabalhadores públicos.

O modo sinérgico como atuaram os diferentes órgãos durante as intervenções permitiu potencializar os resultados positivos alcançados. Este padrão, que se mostrou bastante eficaz, poderia servir de inspiração para aplicação em outras conjunturas, reforçando a necessidade da integração dos órgãos na implantação das políticas públicas em nosso país (HERRERA, 2019).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início dos anos 2000, os Sindicatos Rurais, a Pastoral da Terra e a mídia denunciavam rotineiramente mortes de trabalhadores na colheita de cana de açúcar. O setor sucroalcooleiro no estado de São Paulo apresentava vasta gama de problemas relacionados ao seu ambiente laboral, com precariedade das relações de trabalho – terceirização de trabalhadores migrantes e ausência de registro em carteira, transporte irregular dos trabalhadores, assédio sexual e moral, trabalho em condições análogas à escravidão, e mortes por exaustão. Amigos e familiares relatam que, antes de morrer, esses trabalhadores reclamavam de excesso de trabalho, dores no corpo, câimbras, falta de ar e desmaios. Não tardou para que essas denúncias e notícias chegassem ao MPT da 15ª Região, Campinas.

A partir dessas constatações, o MPT da 15ª Região deu início a uma série de intervenções no setor sucroalcooleiro, através de um programa de ações articuladas (PROMO) que resultaram em propostas de regulamentação construídas em conjunto com diversos setores do SUS: Vigilância Sanitária (VISA), Centro de Referência em Saúde do Trabalhador



(CEREST), Ministério do Trabalho (MT), representantes dos trabalhadores, universidades e outras instâncias do governo estadual que tratam de políticas para o setor sucroalcooleiro.

As entrevistas permitiram identificar as principais dificuldades encontradas: setor pulverizado em diversos territórios e pouco pessoal para compor as equipes de fiscalização. Estas dificuldades potencializavam o enorme desafio a ser enfrentado. Apesar das dificuldades, através das intervenções ocorreram avanços significativos na melhoria das condições laborais.

O Sindicato Rural e a Pastoral Rural contaram com muita abertura e apoio dos órgãos públicos quanto as denúncias sobre as situações sofridas pelos trabalhadores do setor, tais como a dificuldade de compreender e receber adequadamente o pagamento pelo seu trabalho, o prolongamento e a intensificação das jornadas de trabalho enfrentados, o assédio moral e sexual aos trabalhadores, as degradantes condições de moradia e de segurança, além das mortes por exaustão.

Com as atuações conjuntas, essas denúncias foram resolvidas com muita celeridade, contribuindo assim para sua solução e, principalmente, com o fim das mortes por exaustão.

O CEREST, como assistente técnico do MPT da 15ª Campinas, atuou nas questões de fiscalização em conjunto com MT. Foram efetivamente regularizados os alojamentos para todo o Estado de São Paulo. Este órgão atuou também em pesquisa articulada com Universidades, que possibilitou determinar parâmetros científicos através das NRs para o embasamento das Ações do MPT e a regulamentação do setor.

As normas regulamentadoras - NR15, NR17 e especialmente a NR31 - foram extremamente relevantes para a promoção dessas ações preventivas e corroboraram com a efetividade das intervenções conjuntas, tanto nas atuações do MT, como para fundamentação das Ações Cíveis e Acórdãos.

A NR 31 proporcionou um maior embasamento técnico, ao mesmo tempo em que se incrementava a adequação do ambiente de trabalho, uma menor precarização do trabalho, o fim da terceirização, o fim das mortes por exaustão e uma maior conscientização para o cumprimento da legislação pelos gestores do setor sucroalcooleiro.

Os resultados fundamentais encontrados na pesquisa permitiram constatar que as ações conjuntas pelos órgãos MPT, MT e CEREST colaboraram positivamente para transformação e conscientização do setor.

Ainda que a perspectiva de cada um dos atores envolvidos fosse distinta, a percepção de todos acerca das ações conjuntas demonstrou que, como balanço final, houve efetividade no



processo das intervenções. Os próprios atores destacaram que isto foi possível porque os objetivos eram nitidamente comuns, os envolvidos estavam extremamente engajados e comprometidos. Foi possível notar um certo sentimento de “civismo” nas falas dos atores, porque para além do dever de ofício, ficou evidente a satisfação de ter trabalhado por uma causa justa.

5. AGRADECIMENTOS

Agradeço aos professores e grandes amigos da FEAGRI-UNICAMP: Dr. Mauro Jose Andrade Tereso, orientador; Dr. Roberto Funes Abrahão, coorientador, pacientes e incentivadores na minha formação; Aos professores que fizeram parte da banca de defesa; Ao Dr. Mário Antônio Gomes, pelo apoio, incentivo e por ter aberto as portas do Ministério Público do Trabalho, da 15ª região; A todos que fizeram parte e contribuíram com esta pesquisa: MPT, MT, CEREST- Piracicaba, Sindicato Rural de Cosmópolis, Pastoral Rural e a todos os autores aqui referenciados.

6. DECLARAÇÃO DE FONTES DE FINANCIAMENTO

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001”.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO J.I. Reestruturação Produtiva e Variabilidade do Trabalho: Uma Abordagem da Ergonomia- Psicologia: Teoria e Pesquisa, 16(1): 049-054, Jan-Abr 2000.

ABRAHÃO, R.F., TERESO, M.J.A., GEMMA, S.F.B. A análise Ergonômica do Trabalho (AET) aplicada ao trabalho na agricultura: experiências e reflexões. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, São Paulo, 40(131): 88-97, 2015.

ALVES, F.J Por que morrem os cortadores de cana? Saúde Sociologia, 15(3): 90-98, 2006.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. Ministério do Trabalho realizou 138 mil vistorias em 2015. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/08/ministerio-do-trabalho-realizou-138-mil-vistorias-em-2015>> Data de acesso: 16/11/2015.

CESNIK, R. Melhoramentos da cana de açúcar. Disponível em <http://www.cienciamao.usp.br/tudo/exibir.php?midia=com&cod=_melhoramentodacana-de-



acucarmarcosucro-alcooleironobrasilrevistacomciencian86abr2007>, Data de acesso: 27/08/2016.S

COUTO, J. L. V. Riscos de acidentes na zona rural. Disponível em.
<<http://www.ufrj.br/institutos/it/de/acidentes/acidente.htm>>. Data de acesso 27/05/2006

FILGUEIRAS, V.A. Estado e Direito do Trabalho no Brasil: regulação do emprego entre 1988 e 2008. 471 p. Tese (Doutor em Sociologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

GEMMA, S.F.B.; TERESO, M.J.A.; ABRAHÃO, R.F. Ergonomia e complexidade: o trabalho do gestor na agricultura orgânica na região de Campinas – SP. Ciência Rural, Santa Maria – RS, 40(2): 318-324, 2010.

GUÉRIN, F.; LAVILLE, A.; DANIELLOU, F.; DURAFFOURG, J.; KERGUELEN, A. Compreender o Trabalho para Transformá-lo. A Prática da Ergonomia. São Paulo: Edgard Blücher, 2001.

HERRERA, C. A. Intervenções do Ministério Público do Trabalho no meio ambiente laboral no setor sucroalcooleiro no estado de São Paulo (2004-2013): Uma perspectiva qualitativa sobre a percepção de diferentes atores envolvidos. 124 p. Tese (Doutora em Engenharia Agrícola) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

IBGE. Censo Agropecuário 2017: Resultados Preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2018

JACKSON FILHO, J.M. [Engajamento no trabalho, impedimentos organizacionais e adoecer: a contribuição da Ergonomia da Atividade no setor público brasileiro](#). Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, São Paulo, 40(131): 98-108, 2015.

KOHLHEPP, G. Análise da situação da produção de etanol e biodiesel no Brasil, Estudos avançados 24 (68), 2010.

LAAT, E.F. Trabalho e risco no corte manual de cana-de -açúcar: a maratona perigosa nos canaviais. 206p. Tese (Doutor em Engenharia de Produção) – Faculdade de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Metodista de Piracicaba, Santa Bárbara D'Oeste, 2010.

OCDE-FAO. Perspectivas Agrícolas 2015-2024 disponível em <www.fao.org/3/a-i4761o.pdf>. Data de acesso: 14/01/2019.



REIMBERG, C.O. Fundacentro: meio século de segurança e saúde no trabalho – São Paulo: Fundacentro, 2016.

SCOPINHO, R.A. Vigiar a vigilância: saúde e segurança no trabalho em tempo de qualidade total. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.

SILVA, A.P. Ergonomia: interpretando a NR-17. 2ed. São Paulo: LTr, 2016.

SILVA, E.C.; CAMAROTTO, J.A. Contribuições da análise da atividade do trabalho no processo de retorno do trabalhador afastado por LER/DORT. Revista Terapia Ocupacional, São Paulo 27(2):131-137, 2016.

SILVA FILHO, A.; QUEIROZ, S.N. Workers from the countryside: the occult face of sugarcane production in Brazil. Brazilian Journal of Labour Studies - Revista da ABET, 12(2): 145-160, 2013.

ÚNICA, União da Indústria de cana de açúcar
<<http://www.unica.com.br/convidados/3724648192036979688/setor-sucroalcooleiro-por-cento3Atendencias-no-terceiro-milenio/>> Data de acesso: 14/01/2019.

VILELA, R.A.G. Desafios para interromper a “maratona” perigosa dos canaviais. Ciência & Saúde Coletiva, 19(12): 4659-4668, 2014.